

necessários para exercer suas atividades, dos Metrô de Fortaleza e Cariri. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/1993 FORO: Comarca de Fortaleza/Ce. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contado a partir da sua publicação/recebimento da Ordem de Serviço. VALOR GLOBAL: R\$ 17.574.653,40 (dezesete milhões quinhentos e setenta e quatro mil seiscientos e cinquenta e três reais e quarenta centavos) pagos em até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Tesouro Estadual P05/Custeio - Produto: 061102 - Vigilância, Funcional Programática: 43 000000.26.783.002.01606.01 e/ou P05 - Receita Própria, Funcional Programática: 43 000000.26.783.002.01606.01. DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2018 SIGNATÁRIOS: Eduardo Fontes Hotz e José Tupinambá Cavalcante de Almeida pela METROFOR e Thales Fontes Varela pela empresa SEGURO SEGURANÇA LTDA.

Bruno César Braga Araripe
ASSESSOR JURÍDICO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, em cumprimento à legislação vigente, submete à apreciação de V.Sas. Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017.

O METROFOR vem realizando sua função institucional, conjugada com as políticas públicas do Governo Estadual, está em permanente busca da formação de um serviço público eficaz, transparente e altamente capacitado.

Celebrado em 27 de junho de 2013, Termo de Compromisso nº 001/2013 com a União visando à continuidade da Implantação do Projeto Metrofor – Linha Sul, no montante de R\$ 99.251.597,53, sendo R\$ 94.251.597,53 de Recursos da União e R\$ 5.000.000,00 de Contrapartida do Estado.

Para a conclusão dos sistemas fixos do Projeto da Linha Sul, também foi assinado o Termo de Compromisso nº 001/2014, em 19 de setembro de 2014, garantindo o montante de R\$ 191.800.000,00, sendo R\$ 150.000.000,00 de Recursos da União e R\$ 41.800.000,00 de Contrapartida do Governo do Estado do Ceará. Relativo à investimentos para a Linha Sul, durante o exercício 2017, foram repassados Recursos do Governo Federal no montante de R\$ 39.340.000,00, sendo R\$ 30.295.417,61 referente ao Termo de Compromisso nº 001/2013 e R\$ 9.044.582,39 do Termo de Compromisso nº 001/2014, o Governo do Estado não aportou Recursos como Contrapartida dos Termos de Compromisso.

Considerando o Termo de Compromisso nº 001/2013, os desembolsos se referiram à Obras Civis do Emboque do Túnel da Pe. Cícero, Obras Civis Complementares, Obras Civis de Acessibilidade nas Estações, Sistema de Energia de São Benedito e CCO, Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Gerenciamento, totalizando despesas no montante de R\$ 17.380.484,60.

Com relação ao Termo de Compromisso nº 001/2014, em 2017 foram investidos R\$ 14.226.991,35, sendo todo o recurso oriundo da União, com repasse ocorridos no exercício de 2017 e parte em exercícios anteriores, investidos no fornecimento de sistemas fixos de sinalização e telecomunicações.

A operação comercial da Linha Sul do Metrô de Fortaleza teve seu início em 01 de outubro de 2014, e hoje operamos no horário de 05h00m às 23h00min, de segunda a sábado, no trecho completo entre o Centro de Manutenção, localizado em Vila das Flores-Pacatuba e a Estação Chico da Silva no Centro de Fortaleza, tendo sido transportado em 2017 6.533.564, passageiros com média mensal de 544.464 passageiros, representando um incremento de 12% em relação ao exercício de 2016. Ressaltamos que em maio de 2017, inauguramos a Estação Juscelino Kubitschek, 19ª da Linha Sul em operação. Também durante o exercício de 2017 implantamos o sistema de bilhetagem eletrônica e destacamos o início da venda de bilhetes múltiplos nessa linha, finalizando a implantação da referida bilhetagem.

A operação do Sistema de VLTs na Linha Oeste (entre os municípios de Fortaleza e Caucaia), transportou 2.115.351 passageiros em 2017, perfazendo uma média mensal de 176.279 passageiros.

Com relação ao Metrô do Cariri transportamos no ano de 2017, 200.760 passageiros, representando uma média mensal de 28.680 passageiros.

Por fim nos referimos ao Metrô de Sobral, transportamos no ano de 2017, 362.352 passageiros, representando uma média mensal de 30.196 passageiros, onde operamos no horário de 05h00m às 23h00m de segunda-feira a sábado. Informamos que iniciamos em abril de 2017 a bilhetagem eletrônica nesse sistema. Finalizando, agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o bom desempenho de nossas atividades.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

A DIRETORIA

CNPJ 02.003.575/0001-93
BALANÇO PATRIMONIAL
Em R\$ (Reais)

ATIVO		PASSIVO	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE	35.481.082,08	34.951.248,75	13.341.085,21
CAIXA E EQUIVALENTES	27.790.560,26	28.497.054,75	10.389.071,11
Bancos C/Movimento	92.034,53	67.936,50	906.031,45
Aplicações Financeiras	27.698.525,73	28.429.118,25	963.392,09
			400.208,56
CRÉDITOS	7.690.521,82	6.454.194,00	638.602,84
Impostos a Recuperar	622.542,13	2.016.722,16	24.900,67
Adiantamentos	177.681,01	220.109,57	18.878,49
Contas a Receber	310.522,17	157.018,97	
Almoxarifado	6.177.718,14	3.951.787,78	
Despesas Antecipadas	1.849,81	4.022,00	
Devedores Diversos	400.208,56	104.533,52	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.854.865.054,98	1.867.579.015,92	743.954.677,19
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.672.460,06	5.989.217,92	489.675,41
Depósitos Judiciais	6.672.460,06	5.989.217,92	23.970.926,51
INVESTIMENTOS	1.000,00	1.000,00	719.494.075,27
IMOBILIZADO	1.820.127.617,67	1.829.371.269,75	
INTANGÍVEL	27.508,22	27.508,22	
DIFERIDO	28.036.469,03	32.190.020,03	
			1.133.050.374,66
			1.700.405.000,00
			132.586.936,65
			(699.941.561,99)
			1.167.846.194,02
			1.298.105.000,00
			402.341.450,65
			(532.600.256,63)
TOTAL GERAL DO ATIVO	1.890.346.137,06	1.902.530.264,67	1.890.346.137,06
			1.902.530.264,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2017.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

CNPJ 02.003.575/0001-93
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em R\$ (Reais)

	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	18.906.691,95	14.140.657,45
Receita dos Transportes Ferroviários	18.906.691,95	14.140.657,45
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(380.066,40)	(282.813,15)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18.526.625,55	13.857.844,30
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS	(110.784.637,75)	(98.895.954,85)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(92.258.012,20)	(85.038.110,55)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(101.430.289,90)	(92.045.826,60)

Despesas Gerais e Administrativas	(22.578.220,77)	(16.965.121,60)
Despesas Tributárias	(1.007.656,56)	(989.690,31)
Depreciações e Amortizações	(72.202.889,05)	(69.436.875,79)
Provisões p/Contingências	(5.652.284,25)	(4.693.076,36)
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	911.445,31	864.163,78
Receitas Financeiras	922.206,04	903.101,24
Despesas Financeiras	(10.760,73)	(38.937,46)
(+/-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	25.435.551,43	24.969.821,51
(=) RESULTADO OPERACIONAL	(167.341.305,36)	(151.249.951,86)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(167.341.305,36)	(151.249.951,86)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO	(0,10)	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2017.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

CNPJ 02.003.575/0001-93
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Atividades Operacionais	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Líquido	(167.341.305,36)	(151.249.951,86)
Ajustes ao Prejuízo		
Depreciação e Amortização	72.202.889,05	69.436.875,79
Valor residual dos bens baixados	(98.968,72)	(11.061,03)
Perdas p/Desvalorização - Test Impairment	593.825,98	
Provisão de contingências	5.652.284,25	4.456.039,43
Prejuízo Líquido Ajustado	(88.991.274,80)	(77.368.097,67)
Variação nas contas do Ativo e Passivo		
Impostos a recuperar	1.394.180,03	176.792,46
Adiantamentos	42.428,56	(14.331,23)
Contas a receber	(153.503,20)	(101.686,77)
Estoques	(2.225.930,36)	(348.910,86)
Despesas antecipadas	2.172,19	(4.022,00)
Devedores diversos	(295.675,04)	(104.533,52)
Depósitos Judiciais	(683.242,14)	(912.782,50)
Fornecedores	3.622.321,93	(11.375.605,02)
Obrigações trabalhistas	77.414,78	91.269,56
Obrigações tributárias	(997.812,90)	1.074.003,86
Credores por caução	276.481,08	7.058,80
Provisões Férias e Encargos	131.418,62	(1.053.349,16)
Obrigações com convênios	4.235,27	(1.599,14)
Títulos a pagar	(54.572,80)	56.737,46
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(87.851.358,78)	(89.879.055,73)
Atividades de Investimento		
Aquisições e gastos do imobilizado	(59.300.543,23)	(78.634.248,87)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(59.300.543,23)	(78.634.248,87)
Atividades de Financiamento		
Créditos de acionista para futuro aumento de capital	132.545.486,00	137.457.023,25
Subvenções recebidas	15.327.681,63	(17.950.575,79)
Variação do Passivo Não Circulante	(1.427.760,11)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	146.445.407,52	119.506.447,46
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(706.494,49)	(49.006.857,14)
VARIAÇÃO LÍQ.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(706.494,49)	(49.006.857,14)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	28.497.054,75	77.503.911,89
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	27.790.560,26	28.497.054,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2017.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE

CNPJ 02.003.575/0001-93
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ITENS	CAPITAL SUBSCRITO / INTEGRALIZADO	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
Saldo em 31.12.2015	1.298.105.000,00	264.884.427,40	(381.350.304,77)	1.181.639.122,63
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	137.457.023,25	-	137.457.023,25
Prejuízo do exercício em 31/12/2016	-	-	(151.249.951,86)	(151.249.951,86)
Saldo em 31.12.2016	1.298.105.000,00	402.341.450,65	(532.600.256,63)	1.167.846.194,02
Aumento de capital com reservas	402.300.000,00	(402.300.000,00)	-	-
Créditos de acionistas para futuro aumento de capital	-	132.545.486,00	-	132.545.486,00
Prejuízo do exercício em 31/12/2017	-	-	(167.341.305,36)	(167.341.305,36)
Saldo em 31.12.2017	1.700.405.000,00	132.586.936,65	(699.941.561,99)	1.133.050.374,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
Fortaleza, 31 de dezembro de 2017.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2017

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos – METROFOR, foi criada através da Lei Estadual nº 12.682 de 02.05.97, alterada pela Lei nº 13.410 de 15.12.2003, sob a forma de Sociedade Anônima de Economia Mista, tendo por missão o planejamento, a construção, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de obras e serviços de transporte de passageiros e/ou cargas sobre trilhos ou guiados, no Estado do Ceará e nas áreas vizinhas que possam ser a ele integrados, bem como todas as atividades conexas.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base para preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pela Lei nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Para atender as exigências das práticas contábeis e com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a companhia concluiu que não é aplicável, para o grupo do realizável e exigível a longo prazo, o ajuste a valor presente como para os outros saldos classificados nos ativos e passivos. Desta forma as demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, em geral, como base de valor. Completa que os valores são condizentes com as condições econômicas de mercado e sem riscos nas entidades envolvidas.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. Com relação à Correção Monetária das Demonstrações Contábeis - De acordo com o art.4º da Lei no 9.249 de 26.11.95, deixou-se de efetuar a correção monetária do Balanço Patrimonial, a partir de 01.01.96.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1. Caixa e Equivalentes

Representam as contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, realizáveis em até 90 (noventa) dias e são demonstrados pelo custo mais as atualizações, as quais se aproximam do valor de mercado, devido à natureza de curto prazo dos investimentos.

3.2. Impostos a Recuperar

A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de Imposto de Renda incidentes sobre os rendimentos de aplicações financeiras que na apuração do exercício configuram-se como Saldo Negativo do Imposto de Renda.

3.3. Estoques

Os estoques de materiais de consumo (almoxarifado) foram avaliados pelos custos médios de aquisição, os quais não superam o preço de venda estimado.

3.4 Investimento

Representa investimento em obra de arte e está registrada pelo custo de aquisição.

3.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e construção, teste de recuperabilidade, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear, com taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens em uso.

3.6. Intangível

O ativo intangível é formado pelo valor da marca, que se encontra registrado e avaliado pelo custo de aquisição.

3.7. Diferido

Representa saldo, do exercício de 2007, de despesas pré-operacionais, caracterizado no conceito de ativo diferido, que não foi possível ser reclassificado no ativo imobilizado. Em conformidade como o pronunciamento CPC nº13, a administração decidiu por manter esse saldo no grupo de contas e iniciou em outubro de 2014 sua amortização.

3.8. Outros ativos circulante e não circulante

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e provisão para perda, quando julgada necessária. São reconhecidos pelo regime de competência.

3.9. Passivos circulante e não circulante

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, quando aplicável. São reconhecidos pelo regime de competência.

3.10. Apuração dos Resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, destacando-se os seguintes procedimentos:

- Aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços, que não supera o seu valor de presente;
- Os encargos sobre férias foram reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição;
- A receita operacional de venda de bilhetes é reconhecida com base nos valores arrecadados nas bilheterias;

4 – COMPOSIÇÕES DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

4.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação são igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo:

DESCRIÇÃO	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
	2017	2016
Bancos conta Movimento	92.034,53	67.936,50
Aplicações Financeiras	27.698.525,73	28.429.118,25
TOTAL	27.790.560,26	28.497.054,75

4.2 – Bancos Conta Movimento

DESCRIÇÃO	BANCOS CONTA MOVIMENTO	
	2017	2016
Bco do Brasil - 1.701.750-5	-	9.763,65
Bco do Brasil - Desap. Linha Sul 24.377-9	49,00	11,00
Caixa Econômica Federal - JK/Pe.Cicero - 3591	91.985,53	58.150,85
Bco do Brasil - 26.350-8 - VLT's-BNDES	-	11,00
TOTAL	92.034,53	67.936,50

4.3 – Aplicações Financeiras

DESCRIÇÃO	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
	2017	2016
Bco do Brasil - FAC 21.532-5 - Recursos Próprios	2.301.924,66	1.235.209,36
Bco do Brasil - 1.701.750-5 AP - Custeio	4.844.976,08	3.819.873,06
Bco do Brasil - 24.377-9 - Aplicação Estado	3.641,72	3.983,12
Bco do Brasil - 26.350-8 - Apl. VLT's-BNDES	2.151.442,27	57,89
Bco do Brasil - Conv.Rec. União-Aplic. 26.346-X	12.935.406,47	-
Bco do Brasil - Rec.CBTU/União-L.Sul-26.946-8-Aplic	3.991.514,06	21.823.907,27
Bco do Brasil-Custeio/Encargos - 27098-4-Aplic	1.469.620,47	1.546.087,55
TOTAL	27.698.525,73	28.429.118,25

4.4 – Impostos a Recuperar

DESCRIÇÃO	IMPOSTOS A RECUPERAR	
	RS	
	2017	2016
Imposto de Renda a Recuperar	622.542,13	2.016.722,16

O IRRF a Recuperar é originado a partir dos valores incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras.

4.5 – Almojarifado

DESCRIÇÃO	ALMOJARIFADO	
	RS	
	2017	2016
Almojarifado Administrativo	140.236,09	80.155,62
Almojarifado Operacional	6.037.482,05	3.871.632,16
TOTAL	6.177.718,14	3.951.787,78

4.6 – Depósitos Judiciais

Os valores constantes como Depósitos Judiciais, correspondem aos depósitos judiciais de causas trabalhistas de empregados e cíveis, para garantir eventuais recursos aos processos em andamento, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	RS	
	2017	2016
	Ações Trabalhistas	5.385.683,37
Ações Cíveis	1.286.776,69	1.286.776,69
TOTAL	6.672.460,06	5.989.217,92

4.7 – Imobilizado

Até o término do exercício de 2017, a companhia apurou a depreciação com base nas taxas demonstradas na tabela abaixo, tomando por base a legislação fiscal vigente. Em função da necessidade de maior acuracidade na definição do prazo de vida útil econômica bens do Ativo Imobilizado para atendimento das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, a companhia já contratou empresa especializada para efetuar a avaliação da vida útil dos bens do Ativo Imobilizado em conformidade com suas atuais condições de funcionamento. O resultado final deste trabalho deverá produzir efeitos a partir do exercício de 2018. Vale salientar que o efeito da realização do teste de impairment realizado pela empresa especializada, já foi considerado nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	2017			2016		TX.ANUAL DEPREC.
	CUSTO	DEPRECIACÃO	IMPAIRMENT	RESIDUAL	RESIDUAL	
Terenos	24.268.558,64	-	-	24.268.558,64	24.268.558,64	-
Móv. e Utensílios	3.488.129,50	-1.346.672,20	-55.289,05	2.086.168,25	1.930.868,92	10%
Ed. Dependências	1.331.423.605,80	-156.448.424,86	-2.524,13	1.174.972.656,81	1.159.053.021,94	4%
Veic. Rodoviários	1.353.751,72	-1.010.950,16	0,00	342.801,56	81.455,24	10%
Apar. Equip. Telec.	654.399,35	-202.665,55	-75.604,76	376.129,04	216.709,32	10%
Equip. Proc.Dados	1.846.354,05	-1.370.038,62	-2.255,55	474.059,88	410.202,81	20%
Máq.Eq. Diversos	7.470.999,54	-1.588.238,58	-852,58	5.881.908,38	1.950.920,30	10%
Instal. de Escritório	1.845,75	-1.845,75	-	-	-	10%
S. Aplic. - Softwares	69.812,82	-69.812,82	-	-	-	20%
Veic. Ferroviários	100.458.573,82	-52.600.823,14	-	47.857.750,68	58.035.417,11	20%
Est. E Terminais	14.255,81	-8.791,20	-2.898,57	2.566,04	6.034,85	10%
Obras de Arte	5.285.438,86	-2.310.242,35	-	2.975.196,51	3.133.099,47	10%
Sinaliz. e Comunic.	176.848.759,41	-14.871.808,81	-34.627,38	161.942.323,22	94.469.523,40	10%
Superest. de Linha	47.906.089,97	-9.265.560,24	-83.443,61	38.557.086,12	40.544.651,57	10%
Leito de Linha	1.343.847,45	-149.274,35	-336.330,35	858.242,75	1.220.037,22	10%
Obras Andamento	359.532.169,79	-	-	359.532.169,79	444.050.768,96	-
TOTAL	2.061.966.592,28	-241.245.148,63	-593.825,98	1.820.127.617,67	1.829.371.269,75	

A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

DESCRIÇÃO	MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO			
	SALDO ANTERIOR(2016)	ADIÇÕES	TRANSF. E BAIXAS	SALDO ATUAL (2017)
Terenos	24.268.558,64	-	0,00	24.268.558,64
Móveis e Utensílios	2.979.942,07	508.360,31	-172,88	3.488.129,50
Edif. e Dependências	1.264.905.287,64	66.518.318,16	0,00	1.331.423.605,80
Veículos Rodoviários	1.165.355,35	334.500,00	-146.103,63	1.353.751,72
Apar., Equip. Telec.	401.307,33	266.100,00	-13.007,98	654.399,35
Equip. de Proc. de Dados	1.641.225,97	243.549,35	-38.421,27	1.846.354,05
Máq. e Eq. Diversos	3.232.552,52	4.238.447,02	0,00	7.470.999,54
Instal. de Escritório	1.845,75	-	0,00	1.845,75
S. Aplic. - Softwares	69.812,82	-	0,00	69.812,82
Veículos Ferroviários	102.367.067,02	-	-1.908.493,20	100.458.573,82
Estações e Terminais	14.255,81	-	0,00	14.255,81
Obras de Arte	5.285.438,86	-	0,00	5.285.438,86
Sinaliz. e Comunic.	104.940.954,41	71.907.805,00	0,00	176.848.759,41
Superest. de Linha	47.906.089,97	-	0,00	47.906.089,97
Leito de Linha	1.343.847,45	-	0,00	1.343.847,45
Obras em Andamento	444.050.768,96	58.391.438,17	-142.910.037,34	359.532.169,79
TOTAL	2.004.574.310,57	202.408.518,01	-145.016.236,30	2.061.966.592,28

4.8 – Diferido

Representa saldo, do exercício de 2007, de despesas pré-operacionais, caracterizado no conceito de ativo diferido, que não foi possível ser reclassificado no ativo imobilizado. Em conformidade como o pronunciamento CPC no13, a administração decidiu por manter esse saldo no grupo de contas e iniciou em outubro de 2014 sua amortização sendo aplicado uma taxa anual de 10%, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	DIFERIDO		TAXA ANUAL DE AMORTIZAÇÃO
	RS		
	2017	2016	
Despesas Pré-Operacionais - Lei 11.638/07	33.635.960,43	33.635.960,43	
Despesas Pré-Operacionais - Incorporações Metrofor	7.899.549,35	7.899.549,35	
(-) Amortização Acumulada	(13.499.040,75)	(9.345.489,75)	10%
TOTAL	28.036.469,03	32.190.020,03	

4.9 – Fornecedores

DESCRIÇÃO	FORNECEDORES	
	RS	
	2017	2016
Thompson Segurança Ltda	1.884.135,65	1.198.324,23
Robert Faust – ME	147.524,27	106.802,42

DESCRIÇÃO	FORNECEDORES	
	2017	2016
Coelce	581.585,04	481.466,17
Petrobrás S.A.	58.300,00	28.400,00
SMF Serviços e Manutenção Ferroviário Ltda	665.040,22	514.654,19
SETEC/MWH Brasil Engenharia e Projetos Ltda	-	115.266,78
Herson Engenharia e Avaliações Ltda	-	140.720,32
Interativa Empreendimentos e Serv.Limpeza e Cons.Ltda	84.718,95	29.595,76
Servarm Serviços de Vigilância Armada Ltda	54.797,70	67.360,44
Consórcio Metro Service	2.602.931,08	3.183.936,35
Thyssenkrupp Elevadores S/A	107.832,46	105.638,94
Rocha Araújo & Arrais Advogados	18.820,34	7.414,15
Gramados Comércio de Plantas Ornamentais Ltda	124.812,23	110.637,84
Carter Empreend. Mão de Obra Ltda	63.693,61	88.117,36
FAS Serviços e Transportes Ltda	122.658,57	116.814,55
Maracanãs Viagens e Turismo Ltda	304.745,22	158.341,81
Outros Fornecedores	3.567.475,77	313.257,87
TOTAL	10.389.071,11	6.766.749,18

4.10 – Encargos Trabalhistas e Tributários

4.10.1 – Trabalhistas

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
DESCRIÇÃO	RS	
	2017	2016
Salários e Gratificações a Pagar	-	3.723,22
FGTS a Recolher	187.928,50	153.632,86
INSS a Recolher	251.719,58	211.815,44
Consignações Diversas	425.615,38	426.597,77
Outras Contas	40767,99	32.847,38
TOTAL	906.031,45	828.616,67

4.10.2 – Tributárias

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		
DESCRIÇÃO	RS	
	2017	2016
ISS a Recolher	235.464,77	226.368,77
PIS a Recolher	692,26	871,79
COFINS a Recolher	3.803,47	5.016,66
Imposto de Renda Retido a Recolher	166.283,34	516.123,13
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	176.169,99	887.501,92
INSS Retido a Recolher	336.531,27	297.373,59
Contribuição Previdenciária s/Receita	44.446,99	27.949,13
TOTAL	963.392,09	1.961.204,99

5- PROVISÕES

5.1. Imposto de Renda/Contribuição Social sobre o Lucro

Não foram apurados valores a pagar dos tributos IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devido a Companhia estar em fase de implantação, e mesmo iniciando a operação em outubro de 2014, apresentou prejuízo no ano. No exercício de 2017 foi utilizada a sistemática de apuração do Lucro Real Anual para a apuração do resultado fiscal da Companhia, não tendo sido apurado débitos de IRPJ e CSLL.

5.2. Ativo Fiscal Diferido

A Companhia não realiza o registro contábil do Ativo Fiscal Diferido, decorrentes de prejuízos fiscais e base de contribuições sociais sobre o lucro líquido, por não atender cumulativamente as condições regulamentares. Com base no regulamento, a Companhia não apresenta histórico de rentabilidade como não apresenta, efetivamente, ainda expectativa clara e concreta de geração de lucros tributáveis futuros.

5.3. Provisão para Contingências

A Companhia, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível, em diversas instâncias, ajuizados e conhecidos na data de encerramento das demonstrações contábeis, tendo a administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos. Em análise das demandas judiciais pendentes a assessoria jurídica da companhia apontou o percentual de risco de perda destas causas e assim sendo a companhia apresenta o registro de provisões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente no montante de R\$ 23.970.926,51 e R\$ 19.746.402,37. Historicamente a contrapartida contábil dos valores provisionados, na conta de contingência passiva, é registrada em rubrica do resultado, despesas c/ provisões. A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

NATUREZA	PROVISÕES (R\$)	
	2017	2016
Trabalhistas	6.094.364,56	7.732.889,92
Cíveis	17.876.561,95	12.013.512,45
SALDO ATUAL	23.970.926,51	19.746.402,37

6- SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

As subvenções para investimento recebidas são destinadas a aquisições de ativo imobilizado (obras em andamento do projeto Metrô). Diferidas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e estão sendo reconhecidas na demonstração do resultado a medida da realização do ativo vinculado, conforme estabelece os itens 12 e 26 do Pronunciamento Técnico CPC no 07.

A Companhia registrou na conta de Subvenções para Investimento os rendimentos das aplicações financeiras dos recursos gerados dessas subvenções recebidas, do mesmo modo do valor do principal - receitas diferidas. O procedimento adotado por encontrar-se vinculado, ao mesmo tempo, a realização da atividade do ativo e está sendo reconhecida também na demonstração do resultado a medida da efetivação dos ativos vinculados. No exercício de 2017 foi reconhecido, no resultado como receita, parte da realização dos investimentos de determinados ativos, no valor de R\$ 25.484.770,20, o qual é registrado no grupo de outras receitas (despesas) operacionais. A movimentação nos exercícios pode ser assim resumidamente apresentada:

MOVIMENTAÇÃO	SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS	
	RS	
	2017	2016
Saldo Anterior	704.166.393,64	722.116.969,43
Investimentos	39.340.000,00	-
Rendimentos	1.472.451,83	6.652.053,77
Realizações	(25.484.770,20)	(24.602.629,56)
SALDO ATUAL	719.494.075,27	704.166.393,64

7- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$ 1.700.405.000,00 (Hum bilhão, setecentos milhões, quatrocentos e cinco mil reais), correspondendo a 680.162.000 (Seiscentos e oitenta milhões, cento e sessenta e duas mil) ações ordinárias - ON, ao preço de R\$ 2,00 (dois reais) cada uma e 1.360.324.000 (Hum bilhão, trezentos e sessenta milhões, trezentos e vinte e quatro mil) ações preferenciais - PN, ao preço de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) cada uma, todas de classe única, nominativas, sem valor nominal e inconvertíveis de uma espécie em outra, totalmente integralizado e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

ACIONISTA	CAPITAL SOCIAL			
	EM QUANTIDADE DE AÇÕES			EM R\$
	ON	PN	TOTAL	INTEGRALIZADO
Estado do Ceará	680.161.989	1.360.323.978	2.040.485.967	1.700.404.972,50
Lúcio Ferreira Gomes	1	2	3	2,50
Francisco Quintino Vieira Neto	1	2	3	2,50
Eduardo Fontes Hotz	1	2	3	2,50
Alexandre Lacerda Landim	1	2	3	2,50
David Machado Bastos	1	2	3	2,50
Alexandra Medeiros Lima	1	2	3	2,50
Roberta Arantes LanhosoCyrillo	1	2	3	2,50
Paulo Henrique Hissa Peixoto	1	2	3	2,50
José Elcio Batista	1	2	3	2,50
Ronaldo Lima Moreira Borges	1	2	3	2,50
Lana Aguiar de Araújo	1	2	3	2,50
TOTAL	680.162.000	1.360.324.000	2.040.486.000	1.700.405.000,00

O capital social é mantido a 1/3 para as ações ordinárias e 2/3 para as ações preferenciais, conforme as ações possuídas por cada acionista. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens: prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório; prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da sociedade; participação, em igualdade de condições com ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes; em caso de dissolução da sociedade, os dividendos cumulativos poderão ser pagos a cada espécie à conta do capital social.

7.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo da conta do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de recursos financeiros repassados pela acionista majoritário – Governo do Estado do Ceará, originário do Tesouro Estadual. Contabilizados, os recursos recebidos, como Créditos para Aumento de Capital que será utilizado para integralização de capital da Companhia pelo acionista majoritário – Governo do Estado do Ceará:

Adiantamento para Aumento de Capital

DESCRIÇÃO	R\$	
	2017	2016
Créditos para Futuro Aumento de Capital - Governo do Estado do Ceará	132.545.486,00	137.457.023,25

8- DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Companhia elaborou o Demonstrativo de Fluxo de Caixa adotando o Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o qual demonstrou a Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de R\$ (706.494,49) e R\$ (49.006.857,14), respectivamente.

9- CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Nos exercícios de 2017 e 2016 a Companhia apresenta valores totalizados nas demonstrações contábeis. Os quadros apresentados abaixo e a fim de permitir a melhor comparabilidade das informações.

9.1 A composição da linha de “Custo dos Serviços”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	CUSTOS DOS SERVIÇOS	
	R\$	
	2017	2016
Pessoal e Encargos	24.122.375,11	17.511.835,61
Outros Custos	60.614.101,70	56.290.412,54
Serviços de Terceiros	26.048.160,90	25.093.706,70
TOTAL	110.784.637,71	98.895.954,85

9.2 A composição da linha de “Despesas Gerais e Administrativas”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 no grupo de Despesas Operacionais, pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	
	R\$	
	2017	2016
Pessoal	12.485.103,43	10.341.910,61
Consumo	964.210,75	872.295,35
Serviços Terceirizados	8.846.993,31	5.617.935,77
Conservação e manutenção/Outras	281.910,28	81.009,79
TOTAL	22.578.220,77	16.913.151,52

9.3 A composição da linha de “Outras Receitas/Despesas Operacionais”, apresentadas na Demonstração de Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser assim resumida:

DESCRIÇÃO	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	
	R\$	
	2017	2016
Recuperação de Despesas	98,05	319,16
Receita de Venda do Imobilizado e Material Inservível	192.020,00	68.918,49
Aluguéis, Concessões e Arrendamentos	361.021,84	177.154,30
Receitas de Editais, Concursos e Cartões	90.736,00	120.800,00
Receitas de Realização Subvenção	25.484.770,20	24.602.629,56
Custo Bens Baixados e Outras Despesas	(693.094,66)	-
TOTAL	25.435.551,43	24.969.821,51

9.4 Os valores apurados no resultado do exercício (prejuízos) nos períodos sob análise, sendo de R\$ 167.341.305,36 em 31/12/2017 e R\$ 151.249.951,86 em 31/12/2016, respectivamente, podem ser justificados principalmente pelo fato da margem bruta (Lucro Bruto) apurada pela companhia nas suas operações, não ser suficiente para cobrir os valores de Despesas Operacionais.

Destacamos que na Demonstração de Resultados constam valores de despesas de Depreciação/Amortização e Provisões que não representam desembolsos de recursos para a companhia, e consequentemente não influenciam na sua posição financeira, mas devem ser contabilizadas para fins de atender as normas contábeis e societárias obrigatórias.

Demonstra-se em seguida como ficaria o resultado da companhia, caso fossem desconsideradas tais despesas que tem efeito apenas econômico:

DESCRIÇÃO	RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	2017	2016	VARIÇÃO
Valor Prejuízo DRE	(167.341.305,36)	(151.249.951,86)	10,64%
(+) Despesa de Depreciação/Amortização	72.202.889,05	69.436.875,79	3,98%
(+) Provisões Para Contingências	5.652.284,25	4.693.076,36	20,44%
(=) RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	(89.486.132,06)	(77.119.999,71)	16,03%

Fortaleza, 31 de dezembro de 2017.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida
DIRETOR DE GESTÃO EMPRESARIAL
Eduardo Fontes Hotz
DIRETOR PRESIDENTE
José Cid de Menezes
CONTADOR - CRC-CE 9599/CE



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros da
Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos - METROFOR
Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Reavaliação da vida útil dos Ativos Imobilizados – Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

Conforme citado na Nota Explicativa 4.7, a Companhia está buscando elaborar estudos para fundamentar a vida útil de seus bens que hoje tomam como referência a vida útil definida pela legislação fiscal, de modo a estabelecer novas taxas de depreciação que levem em consideração os tempos de vida útil-econômica estimada dos bens, em conformidade com suas atuais condições de funcionamento.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos à atenção para os valores relevantes de prejuízos apurados nos anos de 2016 e 2017, os quais conforme descrito na Nota 9.4, podem ser justificados principalmente pelo fato da margem bruta (Lucro Bruto) apurada pela companhia nas suas operações, não ser suficiente para cobrir os valores de Despesas Operacionais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

eticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 27 de fevereiro de 2018.

CONTROLLER AUDITORIA E ACESSORIA CONTÁBIL S/S - EPP

CRC (CE) 232-J

CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03

Francisco Moisés De Almeida Gomes

DIRETOR TÉCNICO

CONTADOR CRC (CE) Nº 12.837

CPF Nº: 575.694.793-00

CNAI Nº 2.011

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nº04/2018

Nós, abaixo assinados, Membros do Conselho Fiscal da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, atendendo o que determina o Estatuto da Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos, examinamos os valores que compõem o Balanço Patrimonial e Demonstrações relativos ao exercício de 2017, bem como o relatório de auditoria externa independente, e após discussão opinamos que referida peça reflete adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa.

Fortaleza, 06 de abril de 2018.

Walter Correia Lima Filho

PRESIDENTE

Francisco das Chagas Cipriano Vieira

MEMBRO EFETIVO

Walter Batista de Santana Filho

MEMBRO EFETIVO

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

PORTARIA Nº180/2018 - A SECRETÁRIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I, do art. 20, do Decreto nº 29.704, de 08 de abril de 2009, resolve DESLIGAR os estagiários relacionados no anexo único desta Portaria. SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de abril de 2018.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
SECRETÁRIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº180/2018 DE 03 DE ABRIL DE 2018

	NOME	MATRÍCULA	À PARTIR
1	ANDRESSA FAUSTINO LESSA	4308221-3	05/04/2018
2	MATEUS EVANGELISTA VERAS	4308301-5	20/03/2018

*** **

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº009/2015

I - ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2015.; II - CONTRATANTE: O GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, através da Secretaria da Justiça e Cidadania, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.530/0001-18, neste ato representada pela Secretária da Justiça e Cidadania, Dra. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FRANÇA PINTO.; III - ENDEREÇO: Rua Tenente Benévolo, nº. 1055, Meireles, em Fortaleza (CE), CEP 60.160-041.; IV - CONTRATADA: VL HORIZONTE TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.975.820/0001-48, neste ato representada pelo Sr. FRANCISCO ROBERTO PINTO LEITE JÚNIOR.; V - ENDEREÇO: Rua Dom Carlotto Távora, nº. 980 - A, bairro Montese - Fortaleza (CE), CEP 60.421.070.; VI - FUNDAMENTAÇÃO

